

PROJETO BÁSICO

PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

AGOSTO/2018

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETIVO:

Estas Especificações Técnicas têm como objetivo estabelecer normas, critérios e procedimentos a serem obedecidos na execução da obra e serviço relativo à pavimentação de logradouros.

DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS:

A obra em referência, basicamente, constitui-se dos seguintes serviços:

- I. Desenvolvimento do projeto executivo;
- II. Serviços preliminares, constituídos de mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos;
- III. Serviços topográficos para pavimentação, inclusive notas de serviços, acompanhamento e greide;
- IV. Limpeza mecanizada de terreno com remoção de camada vegetal;
- V. Escavações mecânica campo aberto em solo;
- VI. Aterro e compactação com material provenientes das escavações;
- VII. Bota-fora dos materiais inservíveis;
- VIII. Rede de drenagem;
- IX. Execução meio-fio (guia) de concreto pré-moldado
- X. Execução de pavimentação em paralelepípedo sobre leito de areia;
- XI. Execução e pintura de meio-fio;

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

O estabelecimento de normas, critérios e procedimentos a serem obedecidos na execução das obras e serviços a serem realizados facilitam o entendimento do tipo, qualidade e nível de acabamento, além de tipos de materiais a serem utilizados. Também é necessário para que se procure atender às normas técnicas para garantia de um serviço seguro, de forma a não haver danos aos bens materiais dos envolvidos no empreendimento ou até mesmo danos físicos ou morais a seres humanos.

Os itens destas Especificações Técnicas correspondem a todos os serviços contemplados na Planilha Orçamentária elaborada para a execução da obra e aos seus complementares. Objetivando evitar repetições, os serviços comuns em itens diferentes dessa planilha serão especificados apenas uma vez, entendendo-se que os procedimentos e diretrizes a serem adotados em uma das intervenções são extensivos às demais.

Para início das etapas de serviço a Fiscalização deverá ser informada pela Empreiteira, para prévia liberação dos trabalhos.

Os operários deverão estar com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados ao serviço que estiverem executando e, quando necessário, Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) de acordo com as Normas Regulamentares.

O local deverá ser isolado e sinalizado em seu perímetro a fim de evitar acidentes.

Caberá à Empreiteira refazer os serviços que não estejam de acordo com as Especificações Técnicas ora estabelecidas e não aprovados pela Fiscalização, ficando sob sua responsabilidade as respectivas despesas.

Todos os materiais e serviços empregados na obra deverão estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Estas Poderão ser substituídas por normas aceitas internacionalmente, desde que seja demonstrado que as substituições são equivalentes ou superiores. Em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação da Fiscalização.

Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à Unidade Regional de Estudos e Projetos da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Empreiteira, sem quaisquer ônus adicionais para a CODEVASF.

Materiais Básicos:

Todos os materiais a serem empregados, que deverão ser de primeira qualidade obedecendo às recomendações da ABNT e as indicações contidas no projeto.

✓ Execução de Trabalhos Não Especificados

O Construtor se obriga a executar qualquer trabalho de construção que não esteja eventualmente detalhado nas Especificações ou Desenhos, direta ou indiretamente, mas que seja necessário à devida realização das obras em apreço, de modo tão completo como se estivesse particularmente delineado e descrito, e empenhar-se-á em executar tais serviços em tempo hábil de modo a evitar atrasos em outros trabalhos que deles dependam.

✓ Revisões Complementares

A seguir estão descritos as devidas revisões necessárias para a execução do Projeto.

✓ Por Parte da Fiscalização

Possíveis revisões e complementações no projeto e nas especificações serão comunicadas ao Construtor para que este proceda ao detalhamento e os submeta a aprovação da fiscalização/CODEVASF. Essas revisões e complementações não poderão servir, ao Construtor, como justificativa de acréscimos de preços unitários ou atrasos no Cronograma.

✓ Por Parte do Construtor

O Construtor poderá, por seu lado, propor as alterações de pormenores construtivos dos projetos e das Especificações que entender convenientes, estas só podem ser executadas depois da aprovação, por escrito, da Fiscalização. A demora na aprovação, ou mesmo a não aprovação das alterações propostas, não poderão servir de justificativa para atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos, ou para qualquer outra reivindicação por parte do Construtor.

▪ RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

A seguir estão descritos as seguintes responsabilidades necessárias para a execução do Projeto.

✓ Responsabilidades da CODEVASF

Entre outras responsabilidades especificadas nos editais de licitação, são responsabilidades da CODEVASF:

- Os pagamentos dos serviços executados pelo Construtor, de acordo com as Planilhas Orçamentárias, os Projetos, as Especificações Técnicas e o Contrato;
- Outras responsabilidades especificadas no edital pertinente.

✓ Responsabilidades da Fiscalização

Entre outras responsabilidades especificadas nos editais de licitação, são responsabilidades da Fiscalização:

✓ Encargos Administrativos

- Representar a CODEVASF como órgão fiscalizador e supervisor das obras junto a outros órgãos e Empresas;
- Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do Contrato e seus aditivos pelo Construtor e Fornecedores;
- Verificar o fiel cumprimento, pelo Construtor, das obrigações legais e sociais, da disciplina nas obras, da prevenção de acidentes e de outras medidas necessárias à boa administração das obras;
- Verificar as medições e encaminhá-las para a aprovação da CODEVASF.

✓ Encargos Técnicos

- Zelar pela fiel execução do projeto, com pleno atendimento às Especificações, explícitas ou implícitas;
- Controlar a qualidade dos materiais utilizados e dos serviços executados e rejeitar aqueles julgados não satisfatórios;
- Assistir ao Construtor na escolha dos métodos executivos mais adequados, para melhor qualidade e economia nas obras;
- Exigir do Construtor a modificação da técnica de execução inadequada e a recomposição dos serviços não satisfatórios;
- Revisar, quando necessário, os projetos e as disposições técnicas, com adaptações às situações específicas de local e momento;
- Executar todos os ensaios necessários ao controle de construção da obra e interpretá-los devidamente;

- Dirimir as eventuais dúvidas, omissões e discrepâncias dos desenhos e Especificações;
- Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo Construtor quanto à produtividade, exigindo deste acréscimo e melhorias necessárias à execução dos serviços dentro dos prazos previstos;
- Executar as medições da obra e abranger os serviços realizados e aceitos, conforme estabelecido no documento contratual.

A Fiscalização poderá exigir, de pleno direito, a qualquer momento, que sejam adotados pela Contratada providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra. Terá também, plena autoridade para suspender, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente.

É importante salientar que a exigência e a atuação da Fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva do Construtor no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, Especificações, o Código Civil e demais leis e regulamentos vigentes.

▪ RESPONSABILIDADES DO CONSTRUTOR

✓ **Generalidades**

O Construtor não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições destas Especificações, do Contrato ou do Projeto, bem como tudo que estiver contido nas normas, Especificações e métodos da ABNT.

O Construtor terá a responsabilidade única, integral e exclusiva no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

O Construtor será obrigado a afastar do serviço e do canteiro de obras todo e qualquer elemento que, por conduta, pessoal ou profissional, possa prejudicar o bom andamento da obra ou a ordem do canteiro.

Deverá o Construtor acatar de modo imediato às ordens da Fiscalização, dentro do contido nestas Especificações e no Contrato.

O Construtor deverá manter permanentemente e colocar à disposição da Fiscalização, os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos, a qualquer tempo que julgar necessário.

O Construtor deverá estar sempre em condições de atender à Fiscalização e prestar lhe todos os esclarecimentos e informações sobre a programação e o andamento da obra, as peculiaridades dos diversos trabalhos e tudo mais que a Fiscalização julgar necessário.

O Construtor não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela Fiscalização salvo aqueles que se caracterizem como necessário à segurança da obra. Na composição do Orçamento da obra, apresentado na fase de licitação, o Construtor deverá

incluir todos os custos relacionados com os aspectos mencionados nos itens a seguir, além dos definidos nestas Especificações, nos Projetos ou nos editais de licitação.

Cabe a construtora aprovação do projeto elétrico junto à companhia de eletricidade do estado e a realização dos ajustes necessários sem ônus para a contratante.

Efetuar o pagamento de licenças, taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a obra e o pessoal dela incumbido, incluídos os seguros e encargos sociais, que em conjunto são de inteira e exclusiva responsabilidade do Construtor;

✓ **Conhecimento das Obras**

O Construtor deve estar plenamente informado de tudo o que se relaciona com a natureza e localização das obras, suas condições gerais e locais, e tudo o mais que possa influir sobre as mesmas: sua execução, conservação e custos, especialmente no que diz respeito a transporte, aquisição, manuseio e armazenamento de materiais; disponibilidade de mão de obra, água e energia elétrica; vias de comunicação; instabilidade e variações meteorológicas; vazões dos cursos d'água e suas flutuações de nível; conformação e condição do terreno; tipos dos equipamentos necessários; facilidades requeridas antes ou durante a execução das obras; e outros assuntos, a respeito dos quais seja possível obter informações e que possam de qualquer forma interferir na execução, conservação e no custo das obras contratadas.

O Construtor também deve estar plenamente informado de tudo o que se relaciona com os tipos, qualidades e quantidades dos materiais que se concentram na superfície do solo e do subsolo, até o ponto em que essa informação possa ser obtida por meio de reconhecimento e investigação dos locais das obras.

1. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO EXECUTIVO

1.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO

Os serviços a serem executados consistem basicamente de:

- 1.1.1 Coleta de dados e informações julgadas pertinentes.
- 1.1.2 Análise e conferência in loco do levantamento topográfico.
- 1.1.3 Estudos geotécnicos e geológicos, com realização de sondagens a trado para determinação dos perfis litológicos ao longo de todas as áreas de pavimentação e do sistema de drenagem.
- 1.1.4 Estudos hidrológicos e pluviométricos da localidade, contendo estudo das vazões de contribuição de cada trecho e dispositivo do sistema de drenagem.
- 1.1.5 Estudos de alternativas para o sistema de drenagem com base nos levantamentos topográficos definitivos e nos estudos hidrológicos e pluviométricos realizados.
- 1.1.6 Apresentação das possíveis soluções.
- 1.1.7 Dimensionamento do sistema de drenagem para compatibilidade com os resultados dos estudos hidrológicos e pluviométricos.
- 1.1.8 Ajustes no dimensionamento da pavimentação para compatibilidade com as alternativas propostas para o sistema de drenagem e para conformidade com o levantamento topográfico definitivo.
- 1.1.9 Estudos de viabilidade para as alternativas propostas, apresentando os custos para cada alternativa, visando à compatibilidade com os valores contratuais e possíveis aditivos, observando-se o limite de 25% para possíveis acréscimos e de 25% para possíveis supressões em referência ao valor total contratual.
- 1.1.10 Indicação da melhor alternativa técnica e econômica.
- 1.1.11 Apresentação da proposta financeira para a alternativa escolhida.
- 1.1.12 Ajuste das especificações técnicas para conformidade com possíveis acréscimos ou supressões de serviços na planilha orçamentária e para inclusão dos itens relativos à drenagem devido aos estudos que forem realizados (tubulações, bocas de lobos, poços de visita, caixas de ligação, dissipadores e demais dispositivos de drenagem que forem indicados no projeto executivo).
- 1.1.13 Apresentação do relatório parcial com os estudos realizados para aprovação prévia do contratante necessária à continuidade da elaboração do projeto executivo.
 - 1.1.13.1 Prazo de entrega: 15 (quinze) dias corridos a partir da data de emissão da ordem de serviço.
- 1.1.14 Relatório do Projeto Executivo – Impresso (duas vias).
 - 1.1.14.1 Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos a partir da data de emissão da ordem de serviço.
- 1.1.15 Relatório do Projeto Executivo – Digital (uma via).

1.1.15.1 Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos a partir da data de emissão da ordem de serviço.

Além da documentação impressa da Versão Definitiva do Relatório do Projeto Executivo, a contratada deverá entregar uma cópia de todos os trabalhos, gravados em mídia digital incluindo textos, planilhas, desenhos, imagens, fotos, cartas, etc., gerados em ambientes de trabalho e softwares compatíveis com os disponíveis na Contratante. Caso a Contratada, a seu critério, prefira gerar os trabalhos produzidos em softwares não disponíveis na Contratante, ficará obrigada a fornecer os originais dos mesmos, completos, com os respectivos manuais e garantias originais.

1.2 GENERALIDADES

1.2.1 O Contratante pagará à Contratada, pelos serviços efetivamente executados, os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e atualização financeira. Os preços global e unitário incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos Serviços, de acordo com as condições previstas nos Termos de Referência e Especificações Técnicas, constituindo, assim, a única remuneração da Contratada pelos trabalhos contratados e executados.

1.2.2 Os serviços serão medidos na entrega e aprovação do projeto executivo, conforme cronograma físico-financeiro contratual. Incluem-se na medição, os relatórios dos produtos fornecidos ou parcelas destes, os serviços executados, as tarefas mensuráveis referentes a cada etapa, incluindo-se nas mesmas os serviços executados no período, correspondente às parcelas de preço global.

1.2.3 Os serviços serão pagos a preço global desde que o quantitativo atingido seja, comprovadamente, igual ou superior ao constante da planilha orçamentária e de acordo com suas unidades e preços ofertados e que o projeto executivo seja aprovado pelo contratante.

1.2.4 O pagamento dos trabalhos será efetuado mediante emissão de fatura, condicionado à:

1.2.4.1 Autorização expressa da Fiscalização, atestando a realização dos serviços em pauta.

1.2.4.2 Apresentação, anexa à fatura, dos comprovantes técnicos que lhes deram origem (boletins de sondagens, resultados de análises, relatórios etc.).

1.2.4.3 A Fiscalização, após a aprovação dos relatórios/documentos, autorizará à Contratada a emissão dos respectivos documentos de cobrança. Caso existam observações acerca dos relatórios e documentos, poderá reter a parcela referente às mesmas, se a dúvida não for sanada pela Contratada.

- 1.2.4.4 O Contratante, após sanado o motivo da retenção, terá até 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento da parcela retida.
- 1.2.5 Os documentos de cobrança serão acompanhados dos relatórios e documentos a serem emitidos e descritos na proposta, e de acordo com o Cronograma Físico.
- 1.2.6 As variações para mais ou para menos das previsões apresentadas pela Contratada na sua proposta em relação aos trabalhos de campo e laboratório realmente executados, não poderão servir de pretexto para pleitos de modificações dos preços unitários oferecidos.
- 1.2.7 Os serviços pagos incluem todos os custos necessários a sua realização, entre outros:
- 1.2.7.1 Custos de mão-de-obra, laboratório, equipamentos, serviços gráficos, veículos, etc.;
- 1.2.7.2 Despesas fiscais; e
- 1.2.7.3 Remuneração de escritório.
- 1.2.8 Os trabalhos destinados à obtenção de dados complementares necessários à elaboração dos projetos, tais como levantamentos, estudos e ensaios de campo e de laboratório, poderão ser subcontratados total ou parcialmente com firmas especializadas, sob a responsabilidade total da Contratada.
- 1.2.9 A Contratada será responsável perante a Contratante, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos projetos, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 1.2.10 Considera-se que a Contratada tenha conhecimento pleno destes Termos de Referência e Especificações Técnicas e que os aceita totalmente, ressalvando as exceções que tenha formulado explicitamente na sua proposta, com as quais a Contratante concordou previamente, por escrito.
- 1.2.11 Considera-se que a participação da Contratada nestes trabalhos implica na verificação e no dimensionamento das dificuldades técnicas inerentes à execução dos serviços, inclusive através de informações adicionais às fornecidas pela Contratante em decorrência destes TR, de modo plenamente suficiente para assumir o compromisso de executá-los conforme o contrato que vier a ser assinado.
- 1.2.12 A concepção geral das estruturas, obras civis e outros deverá estar fundamentada no princípio da simplicidade e de operacionalidade.
- 1.2.13 As definições devem ser baseadas em comparações de alternativas, maximizando o uso das condições naturais locais, bem como das disponibilidades de materiais de construção e da preservação ambiental.

- 1.2.14 A Contratada deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, no âmbito interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos ou aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 1.2.15 No caso dos recursos ambientais exigíveis e respectivos licenciamentos para implantação das obras decorrentes do projeto executivo, a Contratada deverá articular-se com o órgão licenciador a fim de obter instruções e termos de referência para elaboração dos estudos necessários. Ao Término dos projetos, e antes do seu recebimento pela Contratante, a Contratada deverá apresentar as licenças ambientais ou documento equivalente.
- 1.2.16 A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho, referente a seu pessoal, que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 1.2.17 A Contratada é obrigada a obter, por sua conta, todas as licenças e franquias e ao pagamento de encargos sociais, impostos municipais, estaduais e federais, quando incidirem sobre a execução dos serviços.

1.3 ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO

- 1.3.1 O projeto deve conter todos os elementos necessários e suficientes à realização do empreendimento a ser executado, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Deve conter os seguintes elementos em duas vias impressas:
- 1.3.1.1 Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do projeto, do orçamento de referência e de todos os estudos complementares.
- 1.3.1.2 Estudo ambiental conforme exigências do órgão de controle ambiental com jurisdição no local do empreendimento.
- 1.3.1.3 Aprovação da entidade reguladora competente (DNIT/DER).
- 1.3.1.4 Memorial fotográfico.
- 1.3.1.5 Relatório descritivo, contendo:
- 1.3.1.5.1 Caracterização da região e da localidade (município) de implantação do empreendimento, contendo: localização georreferenciada da sede do município (UTM Datum Sirgas 2000), estudos do clima, da hidrografia e demais fatores que influenciem no dimensionamento do projeto.
- 1.3.1.5.2 Diagnóstico quantitativo e qualitativo dos recursos existentes e das demandas comunitárias, considerando: estudo populacional e de tráfego da região de influência do projeto; fatores regionais sociais, culturais e comerciais; recursos

naturais, industrializados e tecnológicos; recursos humanos; etc.

- 1.3.1.5.3 Viabilidade técnica, econômica e ambiental de alternativas.
- 1.3.1.5.4 Descrição da concepção adotada, caracterizando: localização georreferenciada do local do empreendimento (UTM Datum Sirgas 2000), terreno, topografia (fornecida pela Contratante), litologia, tipo e dimensões da estrutura, fundações, bases, acabamentos, infraestrutura, sistemas e instalações (se houverem), etc.
- 1.3.1.5.5 Dimensionamento arquitetônico e estrutural da alternativa escolhida, incluindo (no que couber): fundações, estruturas, sistemas e instalações (se houverem), hidrologia (estudo da vazão de projeto), infraestrutura, arquitetura, urbanização e paisagismo, etc.
- 1.3.1.5.6 Orçamento de referência, contendo:
 - 1.3.1.5.6.1 Planilha orçamentária, conforme Decreto nº 7.983/2013.
 - 1.3.1.5.6.2 Cronograma físico e financeiro.
 - 1.3.1.5.6.3 Cálculo do quantitativo de todos os serviços a serem executados.
 - 1.3.1.5.6.4 Composições de custos unitários para os itens da planilha orçamentária que não constarem das tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi da Caixa Econômica Federal nem do Sistema de Custos Referenciais de Obras – Sicro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
 - 1.3.1.5.6.5 Detalhamento dos encargos sociais, segundo o Sinapi.
 - 1.3.1.5.6.6 Detalhamento do BDI em conformidade com o Acórdão TCU nº 2622/2013 e demais acórdãos sobre o tema.
- 1.3.1.5.7 Especificações técnicas para todos os serviços constantes do orçamento de referência. As especificações devem apresentar os métodos construtivos e formas de medição e pagamento para cada serviço.
- 1.3.1.5.8 Peças gráficas, contendo:
 - 1.3.1.5.8.1 Croquis ou mapas georreferenciados, mostrando os acessos da capital do Estado à sede do município e da sede do município para o local do empreendimento.

1.3.1.5.8.2 Plantas topográficas da área de intervenção (fornecidas pela Contratante).

1.3.1.5.8.3 Desenhos técnicos detalhados, contendo: planta baixa com georreferenciamento, elevações, perfis, seções transversais, quadros e tabelas com o dimensionamento estrutural e dos sistemas e instalações (se houverem), detalhes construtivos e outros, de forma que apresentem: topografia (fornecida pela Contratante), litologia, arquitetura, urbanização e paisagismo, fundações, estruturas, acabamentos, infraestrutura rodoviária, sistemas e instalações (se houverem), recursos hídricos (estudo da vazão de projeto), etc.

1.3.1.5.9 Estudos complementares, contendo:

1.3.1.5.9.1 Estudos topográficos (fornecidos pela Contratante).

1.3.1.5.9.2 Estudos geológicos/geotécnicos (sondagens com ensaios para apresentação dos perfis litológicos).

1.3.1.5.9.3 Estudos hidrológicos e pluviométricos (contendo o estudo da vazão de projeto).

1.3.1.5.9.4 Estudos complementares, no que couber (elétricos, hidráulicos, sanitários, urbanização, arborização, paisagismo, etc.).

1.3.1.5.9.5 Detalhamento dos métodos construtivos (projeto construtivo).

1.3.1.6 Via digital com todos os arquivos do relatório técnico, incluindo-se memoriais, planilhas, desenhos, especificações técnicas, etc.

1.4 ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS

1.4.1 Os dados e informações que exigem tratamento espacial deverão ser apresentados em sistema geográfico de informações, com utilização de cartografia em escalas adequadas, de forma a permitir a sobreposição de temas e a interpretação conjunta dos mesmos.

1.4.2 Os dados referentes às unidades espaciais do projeto e áreas de influência deverão ser apresentados em banco de dados inter-relacionados, de forma a permitir cruzamento de informações e representação gráfica associada ao sistema georreferenciado.

1.4.3 Os textos dos relatórios, mapas, desenhos, planilhas, etc., devem ser fornecidos em meio digital, de forma a serem editados e reeditados pela Contratante;

- 1.4.4 Os resultados dos estudos devem ser objeto de relatórios sucintos, facilmente compreensíveis, com material de apoio para sua divulgação e apresentação pública.
- 1.4.5 A Contratada deverá exercer controle de qualidade sobre as informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos, visando clareza, objetividade, consistência das informações, justificativas de resultados, texto isento de erros de português e de digitação, de modo a refletir seu padrão de qualidade.

1.5 APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

- 1.5.1 O Relatório Final do Projeto Executivo deverá ser apresentado até a data de vencimento do prazo estabelecido e de acordo com item “Descrição Geral dos Serviços” nos termos de referência e nas especificações técnicas. Ficará a critério da Contratada sugerir complementações e/ou alterações no plano da obra e roteiros para que estes se adequem à realidade dos estudos, as quais deverão ser submetidas à aprovação do Contratante.
- 1.5.2 Os trabalhos de natureza técnica deverão observar, preferencialmente, as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 1.5.3 A Contratada poderá substituir por normas aceitas internacionalmente, desde que demonstre, a critério da Contratante, que as substituições são equivalentes ou superiores. Em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Contratante
- 1.5.4 O Relatório Definitivo do Projeto Executivo deve ser entregue em 2 (duas) vias impressas e 1 (uma) via gravada em mídia digital.
- 1.5.5 A encadernação do Relatório Final deverá ser do tipo “binder”, com quatro aros e capa-dura, não sendo aceita com garras plásticas ou qualquer outro tipo. As folhas deverão ser destacáveis.
- 1.5.6 Na apresentação dos trabalhos, também deverá ser atendido, no que couber, o disposto nas seguintes Normas da ABNT:
 - 1.5.6.1 NBR 6029 – Apresentação de Livros.
 - 1.5.6.2 NBR 6023 – Informação e documentação - referência – elaboração.
 - 1.5.6.3 NBR 6024 - Numeração Progressiva das Seções de um Documento.
 - 1.5.6.4 NBR 5984 - Norma Geral de Desenho Técnico.

2. SERVIÇOS PRELIMINARES

2.1 MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

A Empreiteira deverá tomar todas as providências relativas à mobilização de pessoal, aquisição e guarda de materiais, equipamentos e instalações que atendam as necessidades da obra, imediatamente após a assinatura do contrato, de forma a dar início e executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e cronograma físico e concluir a obra dentro do prazo determinado no contrato. Ao final da obra, a Empreiteira deverá remover todas as instalações, equipamentos, construções provisórias, rejeitos e restos de materiais, de modo a entregar a área totalmente limpa.

Os custos correspondentes a este item incluem, mas não se limitam necessariamente, aos seguintes:

- I. Despesas relativas ao transporte de todo o equipamento de construção, de propriedade da Empreiteira ou sublocado, até o canteiro de obra e sua posterior retirada;
- II. Despesas relativas à movimentação de todo o pessoal ligado à Empreiteira, em qualquer tempo, até o canteiro de obras e posterior regresso a seus locais de origem;
- III. Despesas relativas às viagens necessárias para execução dos serviços, ou determinadas pela Fiscalização, realizadas por qualquer pessoa ligada à Empreiteira, qualquer que seja sua duração ou natureza;
- IV. Despesas com equipamentos de segurança e fardamento dos empregados, sendo eles da Empreiteira.

Medição e Pagamento:

No preço destes serviços deverão estar incluídas todas as despesas com transporte de pessoal, materiais e equipamentos necessários à realização dos trabalhos.

Serão pagos 50% quando da mobilização na 1ª medição e os outros 50% quando da efetiva mobilização. A desmobilização será paga, após a conclusão da obra, quando do seu recebimento definitivo, desde que atendido ao especificado.

1.3. INSTALAÇÃO DO CONTAINER/ESCRITÓRIO/BANHEIRO

O container terá a sua localização no ponto mais próximo da principal frente de trabalho, de fácil acesso através de áreas bem conservadas e abrigará todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários à execução dos serviços contratados. O local escolhido para a sua localização deverá ser aprovado pela Fiscalização e, em hipótese alguma, caberão a Contratante os ônus decorrentes de aluguel, manutenção e acesso às áreas escolhidas. A instalação do container ficará a cargo da Contratada e este deverá servir como:

- Escritório da Obra;
- Depósito de materiais;
- Instalações sanitárias para todo o pessoal da Obra;
- Instalações necessárias ao adequado abastecimento, acumulação e distribuição de água;
- Instalações necessárias ao adequado fornecimento, transformação e condução de energia elétrica (força e luz);

- Outras construções ou instalações, que se fizerem necessárias, a critério da Contratada, tais como, alojamentos, refeitórios, etc.

No decorrer da Obra, ficarão por conta e a cargo da Contratada a limpeza das instalações, móveis e utensílios das dependências da Fiscalização e a reposição de todos os materiais de consumo necessários (carga do extintor de incêndio, produtos de higiene do ambiente e pessoal, etc.).

Medição e Pagamento:

Todas as despesas deste item serão cobertas pelo preço por mês, segundo consta na planilha orçamentária.

1.4. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Estas atividades são organizadas em serviços de apoio que viabilizam o desenvolvimento das atividades de execução da obra, bem como a manutenção do próprio canteiro de obras. Sob este título estão reunidos recursos, materiais e pessoal que desenvolvem as seguintes funções: engenharia, administração de pessoal, suprimento, segurança do trabalho, vigilância, transporte, comunicação, higiene e limpeza, etc.

Manutenção da Área das Edificações e das Instalações

A área do container deverá ser mantida sempre limpa e com os acessos de pessoal desobstruídos. Além da limpeza do interior do container deve-se atentar para a dos equipamentos e das instalações elétricas e hidráulicas, inclusive da área externa.

O Construtor será responsável pelo fornecimento, ao longo do período de execução da obra, de todo o material de consumo, em geral, do container, e dos serviços, equipamentos e materiais de consumo extensivo à Fiscalização.

Caso o local da obra não disponha de serviço público de coleta de lixo, o Construtor será responsável pelo transporte do lixo gerado no container, diariamente, até local apropriado, aprovado pela Fiscalização.

Prevenção de Acidentes e Segurança

Na execução dos trabalhos, deverá haver plena proteção contra os riscos de acidentes com o pessoal da Contratada e terceiros, independentemente da transferência destes riscos a companhias ou institutos seguradores. Para isso, a Contratada deverá cumprir fielmente o estabelecido na Legislação Nacional concernente à segurança e medicina do trabalho, bem como obedecer a todas as normas próprias e específicas para a segurança de cada serviço.

A Contratada deverá manter, no container, pessoal treinado e caixa de primeiros socorros devidamente suprida com medicamentos para pequenas ocorrências.

No caso de acidentes no canteiro de obras a Contratada deverá:

- Prestar socorro imediato às vítimas;
- Paralisar imediatamente a obra no local do acidente, a fim de não alterar as circunstâncias relacionadas com este;

- Comunicar imediatamente a ocorrência à Fiscalização.

Serão de responsabilidade da Contratada, a segurança, a guarda e a conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e instalações da obra. Qualquer perda ou dano sofrido no material, equipamento ou instrumental será avaliado pela Fiscalização e deverá ser ressarcido pela Contratada. A Contratada deverá manter livre o acesso aos extintores, mangueiras e demais equipamentos situados no container, a fim de poder combater eficientemente o fogo, na eventualidade de incêndio, ficando expressamente proibida a queima de qualquer espécie no local das obras.

Medição e Pagamento:

Todas as despesas com a Administração Local, durante o desenvolvimento da obra, serão cobertas por preço mensal global, quando finalizado o mês, conforme item da Planilha de Orçamentação da licitante vencedora. Neste preço deverão estar incluídas todas as despesas com mão de obra, transporte de pessoal, materiais e equipamentos e o que mais for necessário à efetiva realização dos trabalhos.

Administração Local e Manutenção do container (AL) – será pago conforme o percentual de serviços executados no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item:

$$\%AL = (\text{Valor da Medição Sem AL} / \text{Valor do Contrato Sem AL}) \times 100$$

1.5. PLACA DA OBRA

Antes do início das obras, deverão ser confeccionadas e assentadas, nos locais determinados pela Fiscalização, placas da obra, em chapa metálica com arte pintada com esmalte sintético, sobre estrutura de madeira e em conformidade às dimensões e modelos fornecidos pela CODEVASF. Estas placas deverão ser mantidas nesses locais, em perfeito estado, durante todo o período de execução, até a conclusão dos serviços mediante recebimento definitivo da obra. Na casualidade de uma das placas ser destruída, furtada ou danificada, esta deverá ser, imediatamente, substituída ou reparada pela Empreiteira, sem qualquer ônus para a CODEVASF.

Medição e Pagamento:

Os serviços serão medidos por metro quadrado (m²) de área efetiva de placa executada e o pagamento tomará como base o preço unitário proposto pela licitante vencedora em sua Planilha Orçamentária. No preço da Placa da Obra deverão estar incluídas todas as despesas com material, equipamentos, transportes e mão de obra com todos os seus encargos e incidências e o que mais for necessário à perfeita execução dos trabalhos. Serão pagos os serviços desde que atendido ao especificado.

1.6 LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO (APOIO)

Será feita a locação de um veículo (sem motorista) para a Fiscalização, TIPO HATCH 1.0 FLEX, COMPLETO, com seguro, combustível, lubrificantes e manutenção incluso, com aparelho de som com entrada USB, adesivos com os dizeres “VEÍCULO A SERVIÇO DA Codevasf” e “ USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO” .deverão ser colocados nas duas partes dianteiras..

Medição e Pagamento

A remuneração será por unidade locada e aceito pela Fiscalização e o pagamento será efetuado, pelo preço unitário correspondente da Planilha de Orçamentação de Obras.

1.7 LIMPEZA DO TERRENO

O processo de limpeza do terreno ser mecânico e deverá utilizar motoniveladora, conforme indicação na planilha orçamentária. Este compreenderá os serviços de raspagem da camada superficial para remoção de entulhos, lixo e outros materiais indesejáveis, de forma a deixar a área livre de raízes, tocos, pedras etc

Os danos e prejuízos às propriedades alheias, produzidos por operações inadequadas na execução da limpeza, ou mesmo erro na deposição dos materiais destinados ao bota-fora serão de responsabilidade exclusiva da Empreiteira.

Os materiais aproveitáveis serão de propriedade do Gestor, devendo os mesmos ser estocados em locais indicados pela Fiscalização. A seleção desses materiais será de responsabilidade da Fiscalização.

Medição e Pagamento:

Os trabalhos de limpeza serão medidos sobre sua projeção, tomando por unidade o metro quadrado (m²), conforme indicar a planilha orçamentária, não sendo levados em conta nessas medições os serviços que a Empreiteira efetuar fora das áreas ou métodos indicados e/ou aprovados pela Fiscalização.

Este serviço será pago pelo preço unitário constante da Planilha Orçamentária com seu respectivo limite. Este preço deverá incluir mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para a execução do serviço, conforme explicitado, bem como a carga, transporte e descarga do material destinado ao bota-fora.

1.8 MOVIMENTO DE TERRA

Escavações

O serviço compreende a escavação mecânica e deverá ser executado de modo a não ocasionar danos à vida, à propriedade ou a ambas. O principal critério que intervém na classificação dos materiais de escavação é a maior ou menor dificuldade ou resistência que oferece ao desmonte mecanizado. A classificação do tipo do material escavado baseia-se nos equipamentos capazes de realizar economicamente o desmonte. Agrupam-se os materiais de escavação em duas categorias. Na primeira o solo é considerado com resistência equivalente a rocha e na segunda com resistência inferior a da rocha.

Para esta obra, haverá escavação da seguinte categoria:

- Escavações de valas em material de qualquer categoria exceto rocha
- Escavações de valas em rocha.
- Escavações em material de qualquer categoria em campo aberto (jazida)
- Escavações em material 1a. categoria para corte de subleito
- Escavações em rocha para corte de subleito

Entende-se como tal todo o depósito solto ou moderadamente coeso ou compactado, tais como cascalhos, areias, siltes ou argilas, turfas, ou quaisquer de suas misturas, com ou sem componentes orgânicos, formados por agregação natural, que possam ser escavados com equipamentos convencionais (retro-escavadeira, escavadeiras hidráulicas, trator de esteira) Essas escavações serão para acerto do terreno, após estes serviços serão executados o aterro com material de corte ou jazida e areia para o assentamento do paralelepípedo.

Nos serviços de escavações também estão compreendidos os da escavação das pontas de ala, boca de lobo, poço de visita e etc.

Medição e Pagamento:

Os serviços de escavações, depois de medido de acordo com a seção de projeto, avaliado e aprovado pela Fiscalização, serão liberados para pagamento de acordo com o seu item específico e limite, expresso em metro cúbico (m³) de acordo com o especificado na planilha orçamentaria. O material escavado será medido a partir do volume limitado pelo levantamento topográfico antes do início da escavação e pela linha de fundação de projeto ou estabelecido pela Fiscalização. Todo o serviço topográfico será feito pela Empreiteira e acompanhado pela Fiscalização.

Não será feito nenhum pagamento referente a excesso de escavação, além do limite indicado no projeto ou determinado pela Fiscalização, assim como também pela remoção de material caído nos locais de escavação e por outros serviços, além daquele constante da Planilha Orçamentária.

Em especial, fica claramente estabelecido que, sob nenhum pretexto, haverá pagamento em separado para reutilização de material colocado pela Empreiteira em depósitos intermediários ou para remanejamento desse material, caso ele venha a interferir com outros serviços.

Estão incluídos, entre outros os seguintes serviços:

- ✓ raspagem das áreas indicadas no projeto ou pela Fiscalização;
- ✓ escavação, carga, transporte e descarga do material escavado em bota-foras, depósitos intermediários, conforme especificado, ou aplicações diretas indicadas pela Fiscalização;
- ✓ regularização dos bota-foras e depósitos;
- ✓ remanejamento dos materiais estocados;
- ✓ outros serviços ou materiais necessários para a perfeita execução dos trabalhos de escavação.

O pagamento será efetuado pelo preço unitário do item, conforme previsto na Planilha Orçamentária da Empreiteira. Este preço deverá incluir mão de obra, todo o material, ferramentas, equipamentos e o que mais for necessário à sua perfeita execução. Não serão objetos de medição, os volumes extras provenientes de desmoronamentos de quaisquer

naturezas ou que sejam realizados além dos limites definidos em projeto ou autorizados pela Fiscalização.

Não haverá pagamento adicional ou qualquer tipo de compensação, caso seja necessária à escavação manual em determinados trechos em que, inicialmente, estivesse prevista a escavação mecanizada, ou mesmo por opção da Empreiteira. Não haverá nenhum pagamento em separado nem se executarão medições, para os serviços referentes às escavações seletivas, pilhas de estoque, execução de bota-fora, inclusive espalhamento, compactação, nivelamento e acerto dos taludes. Esses custos deverão estar incluídos nos preços unitários para os diversos tipos de escavação.

1.9 ATERROS, REATERROS, ETC.

Estes serviços compreendem a realização de aterro, espalhamento e compactação mecânica de material de jazida, quando necessário, retirado em jazida próxima à obra e indicada pela Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar a licença emitida pelo órgão competente para retirada do material.

Aterro Compactado Mecanicamente

Durante a execução do aterro, o material deverá ser colocado em camadas uniformes, que serão espalhadas sucessivamente em toda a largura assinalada na seção transversal correspondente. As camadas deverão manter uma superfície aproximadamente horizontal, porém com declividade suficiente para que haja uma drenagem satisfatória durante a construção, especialmente quando se interromper o aterro, que deverá ter sempre sua camada superior disposta de modo a permitir o bom escoamento das águas superficiais. Além disso, a distribuição dos materiais de cada camada deverá ser feita de modo a não produzir segregação de seus materiais e a fornecer um conjunto que não apresente cavidades nem "lentes" de textura diferente.

Cada camada deverá ser compactada completa e uniformemente em toda sua superfície, e não devendo ter mais de 25cm de espessura após a compactação. Se, na opinião da Fiscalização, a superfície sobre a qual será colocada uma camada de material se encontrar seca ou lisa demais para que haja uma liga adequada com a camada anterior, tal superfície será umedecida e/ou escarificada até uma profundidade tal que se possa obter uma liga eficiente.

A critério da Fiscalização, poderá a Empreiteira indicar outro método de compactação que ela venha a julgar conveniente ou que altere a execução dos aterros. Todavia, tal método deverá, necessariamente, atender aos requisitos formulados no projeto, nestas Especificações Técnicas e obter autorização da fiscalização.

A Fiscalização pedirá a realização dos ensaios necessários para verificar o grau de compactação, podendo indicar modificações nos materiais ou no processo de compactação, a fim de obter os resultados previstos nestas Especificações Técnicas. Cada uma das camadas que forme o aterro será medida pela Fiscalização para verificar se seu nivelamento e suas

dimensões estão de acordo com o especificado. Caso uma ou mais camadas não satisfizerem os mencionados requisitos de compactação, nivelamento ou dimensões, poderá a Fiscalização exigir, quando julgar conveniente, sua remoção total ou parcial e indicar sua substituição, sem que assista à Empreiteira o direito a qualquer reclamação.

Só serão permitidas espessuras maiores que as recomendadas anteriormente, caso a topografia do terreno não permita a colocação de camadas com espessuras iguais ou inferiores a 25 cm compactadas, ou quando, com o equipamento a empregar, se possa conseguir os índices de compactação exigidos em toda a espessura da respectiva camada. Entretanto, em qualquer caso, a Empreiteira deverá obter autorização da Fiscalização, e obedecerá às instruções sobre o método a adotar.

A cota de coroamento do aterro não poderá nunca ser inferior à indicada no projeto, salvo o caso em que a Fiscalização introduza modificações. Caso ocorram recalques na fundação do aterro, poderá a Fiscalização indicar a construção adicional necessária para restabelecer suas dimensões originais.

1.10 CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE.

A carga e descarga mecânica serão utilizadas para os serviços de escavação, limpeza, corte e aterro. O transporte será o produto do volume dos materiais escavados e aterro (medido pela seção do projeto) pela distância de transporte em km que foi prefixado em até 5 km.

Medição e Pagamento:

Será medido em metro cúbico x quilômetro ($m^3 \times km$) para os diversos tipos de materiais a transportar. A determinação do volume de material será efetuada, sempre que possível, no local da utilização para aterros e nos cortes para bota-fora em geral, utilizando o método das áreas extremas entre estação de 20 m ou outros, a critério da Fiscalização, de acordo com a seção de projeto, o pagamento do serviço será realizado após aprovação da Fiscalização e dentro dos limites estabelecidos na planilha orçamentária.

A carga e descarga serão medidas em metro cúbico de material, para os serviços efetivamente realizados e aprovados pela Fiscalização. O pagamento basear-se-á no preço unitário proposto pela Empreiteira em sua Planilha Orçamentária e aos limites correspondentes na planilha. Esse preço abrangerá todo o material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução.

Em nenhum caso será aplicado ao volume medido coeficiente a título de empolamento do material, valor este que já deverá estar incluso nos preços unitários da Empreiteira. Nos preços unitários correspondentes na planilha orçamentária deverá haver compensação integral por todas as operações necessárias para efetuar o serviço, inclusive mão de obra e equipamentos.

1.11 PAVIMENTAÇÕES

1.11.1 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS

O serviço compreende o fornecimento de paralelepípedos e o seu assentamento sobre lastro de areia grossa ou de concreto simples, previamente executado.

Deverá estar incluso neste serviço a execução do lastro que compreende, após a descarga do material, o espalhamento manual de areia grossa ou preparo e lançamento de concreto simples sobre a base regularizada, gradativamente à medida que o serviço de revestimento for evoluindo. A areia grossa é aquela cujos grãos têm diâmetros compreendidos entre 2,4mm e 4,8mm.

O revestimento com paralelepípedos será assentado sobre lastro de areia grossa adensado com espessura tal que somada à do paralelepípedo perfaça um total de 20cm.

Os paralelepípedos deverão ser espalhados sobre o lastro com as suas faces de uso voltadas para cima.

Serão materializadas longitudinalmente três linhas de referência, uma no centro e duas nos terços laterais das vias, com estacas fixas de 10 em 10 metros, obedecendo ao abaulamento previamente definido que corresponde a uma parábola cuja flecha é de 1/50 da largura da pista a pavimentar, salvo indicação contrária em projeto ou definição da Fiscalização.

As seções transversais serão fornecidas pelas linhas que se deslocam apoiadas nas linhas de referências, nas sarjetas e nos meios-fios, ou piquetes nas cotas correspondentes.

O assentamento deverá ser efetuado das extremidades para o centro. As fiadas deverão ser retilíneas e perpendiculares ao eixo da pista, procurando-se utilizar paralelepípedos de dimensões aproximadamente uniformes. As juntas longitudinais de cada fiada não deverão ser coincidentes com as juntas das fiadas adjacentes.

O paralelepípedo deverá ser assentado 0,01m acima do nível previsto de modo que o calceteiro possa efetuar várias batidas com o martelo até colocá-lo no nível desejado.

A superfície pavimentada, verificada por uma régua de 3,00m de comprimento, disposta paralelamente ao eixo longitudinal da via, não poderá exceder a um afastamento de 0,015m da face inferior da régua.

O rejuntamento, após limpeza rigorosa das juntas, deverá ser feito junta por junta, caldeando-se argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:3. Será utilizada colher de pedreiro para a sua aplicação, devendo a operação ser repetida tantas vezes quantas necessárias para a sua perfeita execução.

Especial atenção deverá ser dispensada no assentamento e rejuntamento das pedras junto ao meio-fio para formação da linha d'água, evitando-se infiltrações que possam comprometer o calçamento.

A Empreiteira deverá efetuar os serviços de acabamento, marcação das juntas das pedras antes do endurecimento da argamassa de rejuntamento.

A cura deverá ser processada mediante a cobertura da superfície com areia, que deverá ser abundantemente umedecida. No trecho pavimentado com paralelepípedos, haverá a interrupção do trânsito de veículos pelo período de 20 dias, contados a partir da conclusão dos serviços. Após o período de cura, a superfície deverá ser varrida e removida a areia utilizada para a cura, podendo então o calçamento ser entregue para o tráfego.

A largura da pavimentação será diferente em algumas ruas, estando assim indicadas no projeto.

Medição e Pagamento:

O serviço será medido por metro quadrado (m²) de paralelepípedo assentado e aprovado pela Fiscalização. O pagamento basear-se-á no preço unitário proposto pela Empreiteira em sua Planilha Orçamentária e aos limites correspondentes na planilha. Esse preço abrangerá todo o material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução da pavimentação, inclusive a linha d'água.

1.12 MEIO-FIO E SARJETA

Compreende o fornecimento e o assentamento de meio-fio e sarjeta com guias em concreto (cimento, areia e brita) pré-moldado, sendo nas dimensões 100x15x13x30 cm para meio-fio de altura normal (altura 15 cm) e 100x15x13x20 cm para meio-fio rebaixado (altura 5 cm). As guias serão rejuntadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. As guias deverão ser assentadas em valas e sobre colchão de areia nos trechos em corte e em estruturas de base em concreto (cimento, areia e brita) nos trechos em aterro, de forma que a estrutura de apoio fique assentada em valas com profundidade igual ou superior a 30 cm. Neste serviço inclui-se a escavação e o reaterro das valas. Outras dimensões poderão ser utilizadas, desde que previamente aprovadas pela Fiscalização.

O meio-fio de concreto pré-moldado deverá ter resistência característica mínima de 150 kgf/cm² e média de 250 kgf/cm², comprovada por ensaio de compressão simples aos 28 dias de amostras do material posto em obra, selecionadas pela Fiscalização.

Não será admitida a utilização de meio-fio de tipos diferentes em uma mesma rua.

Os meios-fios serão fabricados com cimento Portland, areia e brita.

Para recebimento das peças fornecidas, serão realizadas as verificações por amostragem de 1 peça a cada 20 para atendimento das especificações de dimensões e acabamento e de 1 peça a cada 100 para realização de ensaio não destrutivo de compressão, cujo resultado de resistência deverá ser superior a 150 kgf/cm². Caso mais de 10% das amostras não atendam as especificações, o fornecimento será recusado.

Os meios-fios deverão ser assentados sobre a base da vala compactada previamente. O escoramento das peças será executado nas juntas, devendo ser utilizadas bolas de argamassa executadas com a mesma resistência da utilizada nas juntas.

Para execução das juntas, utilizar-se-á argamassa de cimento e areia no traço 1:3. A face exposta das juntas será frisada ao meio, utilizando frisador de 4mm de diâmetro.

A faixa de 1,00 metro contígua ao meio-fio será aterrada com material de boa qualidade, previamente aprovado pela Fiscalização. O aterro será executado com soquete manual de 20 kg de peso mínimo e seção não superior a 0,20 x 0,20m, em camadas sucessivas e paralelas com espessura máxima por camada de 0,15m.

O meio-fio deverá apresentar, após o seu acabamento, uma superfície lisa e isenta de fendilhamentos. A flecha admitida em uma verificação através de régua apoiada ao longo do piso não poderá ser superior a 4mm.

Medição e Pagamento:

O serviço será medido por metro linear (m) de meio-fio executado/assentado e aprovado pela Fiscalização e o pagamento tomará por base o preço unitário e limite da

Planilha Orçamentária da Empreiteira. Nesse preço deverão estar inclusos todo o material, equipamento e mão-de-obra e encargos necessários à perfeita dos trabalhos. As escavações, reaterros e rejuntamentos necessários para assentamento do meio-fio também deverão estar incluídos no preço unitário proposto.

1.13 PINTURA

A pintura do meio-fio será realizada com tinta em pó industrializada a base de cal e fixador a base de cola, duas demãos.

Os serviços obedecerão às seguintes prescrições:

- ✓ A cal deverá ser de boa qualidade, nova e de cor branco puro;
- ✓ Quando não hidratada, deve ser queimada com pouca água e adicionado o restante necessário depois de terminada a hidratação, observado o cuidado de não colocar água em excesso;
- ✓ Deverá adicionar óleo de linhaça cru e cola apropriada na proporção adequada;

A aplicação deverá ser no mínimo, duas demãos com adoção de fixador, alternadamente em direções cruzadas. Os trabalhos de pintura em locais não abrigados serão suspensos quando estiver chovendo.

Os salpicos que não poderem ser evitados deverão ser removidos enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se removedor adequado.

Medição e Pagamento:

A medição será feita por metro quadrado (m²) de pintura efetivamente executada, obedecendo aos locais apresentadas nos projetos. O pagamento será feito de acordo com os preços unitários propostos e limites constantes na Planilha Orçamentária. Nestes preços, deverão estar incluídos os custos de aquisição, armazenamento, transporte e colocação dos materiais, bem como todos os encargos e incidências e o que mais for necessário para a perfeita execução dos serviços.

1.14 SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS:

Caberá à EMPREITEIRA a execução dos serviços topográficos necessários à implantação das obras, quais sejam: locação da obras pelos eixos das vias, nivelamentos, seccionamentos, implantação de referência de nível, etc.

Os serviços topográficos acima descritos serão acompanhados pela FISCALIZAÇÃO, para verificação de sua conformidade com o projeto. A EMPREITEIRA deverá aceitar as normas, métodos e processos determinados pela FISCALIZAÇÃO, no tocante a qualquer serviço topográfico, sejam de campo como de escritório e relativos à obra.

Todos os serviços de topografia deverão ser executados tomando-se como referência de nível aquele utilizado por ocasião do detalhamento de projeto.

1.15 ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÕES

Os tubos devem ser assentados nas cotas e alinhamentos previstos no projeto, logo após a abertura das valas.

O assentamento das tubulações deve ser executado de jusante para montante, com a bolsa voltada para montante.

As cotas de assentamento devem ser demarcadas topograficamente no campo de acordo com o projeto. As demarcações devem ser lançadas em estacas distanciadas de 10 m, utilizando-se piquetes e réguas.

Para colocação dos tubos no fundo da vala devem ser adotados métodos adequados, manuais ou mecânicos, que permitam uma descida lenta, evitando golpes contra as paredes das valas e quedas durante a operação.

O rejunte das juntas dos tubos de concreto com ponta e bolsa deve ser executado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. Externamente a argamassa será respaldada com uma inclinação de 45º sobre a superfície do tubo.

Reaterro de Valas

Todos os serviços de reaterro deverão obedecer ao prescrito no item 3.5.3 – “Reaterro de Valas”, destas especificações.

1.16 DRENAGEM SUBESTRUTURAL

A drenagem subestrutural visa coletar as águas infiltradas sob as estruturas, provenientes de qualquer vazamento que eventualmente venha a se verificar, e deve ser executada nos locais indicados em projeto.

O objetivo da drenagem subestrutural é, essencialmente, o controle de quaisquer infiltrações, cujas causas devem ser reparadas logo que possível, evitando-se, assim, a percolação e encharcamento do solo sob as estruturas. Essa drenagem deve estender-se a todas as superfícies das estruturas em contato com o solo, ou onde indicado nos desenhos do projeto.

Devem ser abertas manualmente, no sentido de jusante para montante, canaletas de 40 cm x 40 cm, com caimento de 1%, obedecendo as cotas indicadas no projeto.

Na área de influência de cada dreno a superfície do terreno deve ter caimento no sentido da canaleta.

Após uma compactação do terreno, deve ser aplicada sobre o mesmo uma manta de PVC flexível com geotêxtil de 1 mm de espessura, tipo “VINIMANTA” de fabricação Sansuy ou similar.

A seguir, deve ser assentada a linha de tubos de PVC perfurado para dreno com diâmetro de 100 mm, apoiada sobre a geomembrana de PVC, cujo envolvimento é completado após o assentamento, com areia.

Os tubos devem ser colocados no sentido de montante para jusante, de modo que suas bolsas fiquem voltadas para o lado ascendente da vala.

Em seqüência, deve ser colocada uma camada de brita em toda a área a ser drenada, com espessura mínima de 10 cm, cuidadosamente adensada com soquete manual para não danificar os tubos.

Sobre a camada de pedra britada deve ser, por fim, espalhada uma camada de concreto magro de baixa plasticidade, com espessura não menor que 5 cm, visando obter um acabamento de acordo com os desenhos de formas de concreto armado e obstar a que, quando do lançamento do concreto estrutural, a camada drenante venha a ser colmatada por concreto ou nata de cimento.

No final do terreno a drenar, esses drenos vão ter as caixas de passagem interligadas por tubos não perfurados, cuja vala pode ser preenchida com solo comum.

1.17 GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS

As galerias projetadas serão de acordo com os respectivos projetos, nos alinhamentos indicados.

A galeria de secção circular será do tipo ponta e bolsa.

A secção interna de todas as tubulações deverá ser perfeitamente circular e serão rejeitadas aquelas defeituosas.

As galerias celulares projetadas serão de alvenaria de tijolo ou em concreto conforme especificações já descritas.

A classe do tubo a ser utilizada deverá obedecer as normas técnicas de uma maneira geral, conforme discriminação a seguir:

- ☐ Dn 400 mm Concreto simples Classe C-1
- ☐ Dn 600 a 1000 mm Concreto armado Classe CA-1
- ☐ Dn 1200 a 1500 mm Concreto duplamente armado Classe CA-2
- Materiais a utilizar:

As ligações de poços de visitas para bocas de lobo se farão por meio de tubulações de 400 mm de diâmetro interno, tipo C-1 (concreto simples) ou indicado no projeto que deverá ter uma declividade no mínimo de 1,0%.

Os tubos serão rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, em volume.

- O assentamento das tubulações deverá ser executado de jusante para montante, com a bolsa voltada para montante. Não deverão ser assentados tubos defeituosos, devendo os mesmos serem vistoriados pela CONTRATANTE, antes de sua colocação na vala.
 - As cotas de escavação e de assentamento deverão ser demarcadas topograficamente no campo, de acordo com o projeto. As demarcações serão lançadas em estacas distanciadas de 10 m, utilizando-se piquetes e réguas.
 - Para colocação dos tubos no fundo das valas serão adotados métodos adequados, manuais ou mecânicos, que permitam uma descida lenta, evitando golpes contra as paredes e quedas durante a operação.
 - O rejunte das juntas dos tubos ponta e bolsa será executado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. Externamente a argamassa será respaldada com uma inclinação de 45° sobre a superfície do tubo.
- Sempre que for interrompido o trabalho, o último tubo assentado deverá ser tamponado a fim de se evitar a entrada de elementos estranhos

1.18 ÓRGÃOS ACESSÓRIOS

1.18.1 Caixas de Passagem / Caixas de Ligação

As caixas de passagem devem ser em alvenaria de tijolo, assentada sobre lastro de concreto de 10 cm de espessura, revestidos internamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 com acabamento “queimado”, devendo formar ao fundo caixa de deposição. As tampa devem ser em concreto armado, providas de gancho para facilitar a remoção.

1.18.2 Poços de Visita

Os poços de alvenaria devem ter embasamento em concreto simples, na espessura de 15 cm, perfeitamente desempenado, lançado sobre lastro de brita com espessura mínima de 5 cm.

As paredes laterais devem ser executadas com alvenaria de tijolo maciço dobrado, formando fichas perfeitamente alinhadas e aprumadas, sem coincidência de juntas laterais, assentes com argamassa de cimento e areia no traço 1:6, revestidas internamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com espessura de 1,5 a 2,0 cm, após a aplicação de chapisco no traço 1:3 de cimento e areia.

Os poços de visita em alvenaria, com profundidade superior a 2,0 m, devem ter cinta em concreto, de 0,20 m x 0,15 m, a intervalos de 1,00 m.

A laje de cobertura dos poços deve ser de concreto estrutural $f_{ck} > 15$ MPa, com espessura de 15 cm.

A visita deve ser feita através de um tampão de ferro fundido articulado, com abertura nominal de 600 mm.

1.18.3 Bocas de Lobo

As bocas de lobo devem ter embasamento em concreto simples, na espessura de 10 cm, lançado sobre lastro de brita com espessura mínima de 5 cm.

As paredes laterais devem ser em alvenaria de tijolos maciços assentes com argamassa mista no traço 1:6, revestida internamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:4, com espessura de 1,5 a 2,0 cm, após a aplicação de chapisco no traço 1:4 de cimento e areia.

As fiadas de tijolos devem ser perfeitamente alinhadas e aprumadas, sem coincidência de juntas verticais.

Externamente, todas as paredes devem ser integralmente chapiscadas.

Nas bocas de lobo com depressão, a tampa e o meio-fio “chapéu”, devem ser executados em concreto simples, com consumo de cimento de 210 kg/m³.

As grelhas para as bocas de lobo devem ser executadas em concreto armado, com $f_{ck} > 15$ MPa, pré-moldadas, de acordo com as dimensões e armaduras detalhadas no projeto.

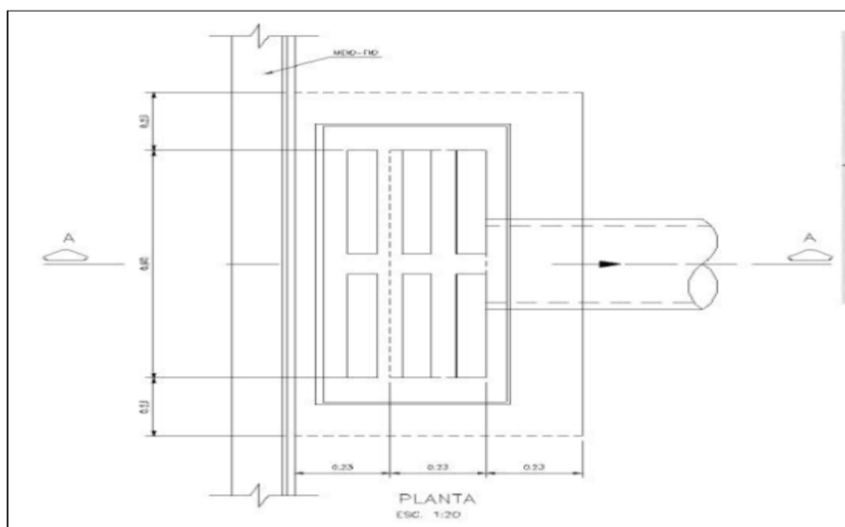


Figura 01. Boca de Lobo com Grelha - Planta

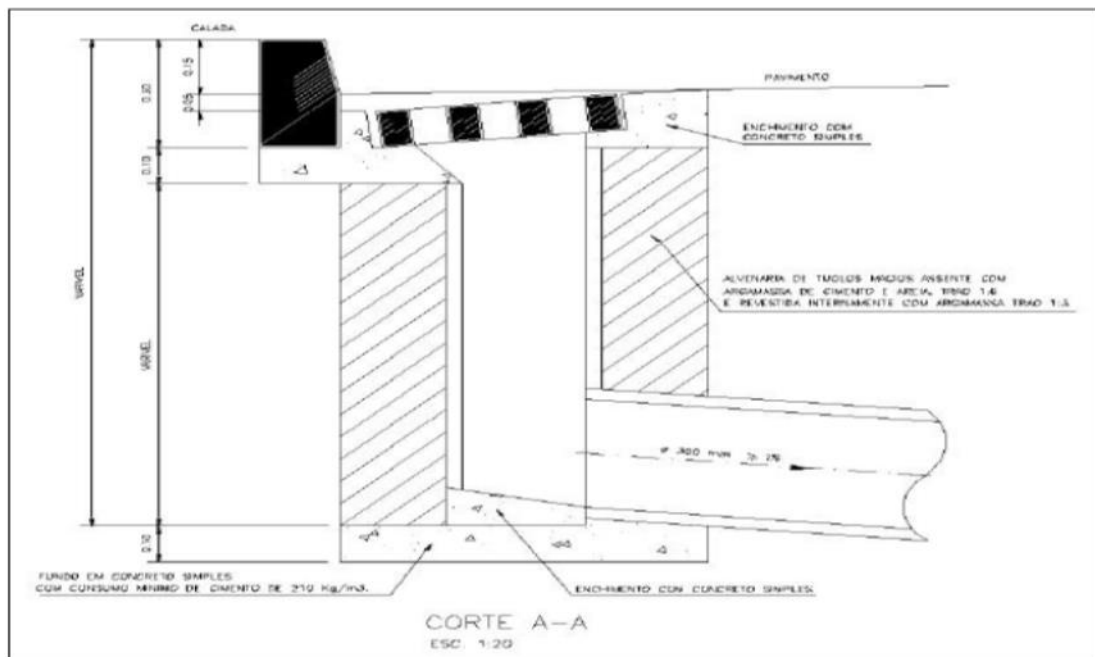


Figura 02. Boca de Lobo com Grelha - Corte AA

1.18.4 Calhas e Valetas

As calhas e valetas estarão localizadas nas bermas e junto aos pés dos taludes, com objetivo de coletar as águas provenientes das encostas.

As calhas retangulares deverão ter paredes de alvenaria de tijolos maciços assentes com argamassa mista no traço 1:5, revestida internamente com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 e fundo em concreto simples com consumo de cimento de 210 kg/m³.

As valetas trapezoidais deverão ser escavadas no próprio terreno, com fundo e taludes protegidos com grama, conforme indicado no projeto.

1.18.5 Caixas de Inspeção

Essas caixas devem ser executadas com anéis pré-moldados de concreto, com diâmetro de 80 cm e altura de 50 cm, apoiados sobre aduela de concreto, também pré-moldada, com altura de 40 cm, assente sobre um lastro de brita.

1.18.6 Descidas d'água, caixas de coleta, dissipadores e ponta de Ala de Lançamento (Saída d'Água)

As alas de lançamento devem ser executadas em concreto ciclópico com 30% de pedra de mão e 70% de concreto simples com $f_{ck} > 15$ MPa. Os materiais utilizados deverão atender às especificações correspondentes.

1.18.7 Chaminé

A chaminé ou "pescoço" do PV será executada com anéis pré-moldados de concreto, existindo somente quando a cota da cava estiver a uma profundidade igual ou superior a 1,20m, em relação ao greide da via. Para profundidades menores, o poço de visita se resumirá à câmara de trabalho, ficando o tampão diretamente apoiado sobre os anéis pré-moldados ou sobre o complemento de alvenaria.

Quando houver a chaminé, seu diâmetro interno será de 0,60m e sua altura variável, podendo atingir o máximo de 1,00m. Deverá ser executada de maneira a alcançar o nível do logradouro com desconto para a colocação do tampão de ferro fundido.

O primeiro anel será envolvido externamente, na base de contato com a laje excêntrica, por um cordão de argamassa de 10cm, que deverá ter um acabamento a 45º. As juntas entre tubos serão executadas com argamassa traço T1 (1:3 de cimento e areia). A chaminé poderá, também, ser executada em alvenaria com blocos de concreto com espessura de 15,0 cm ou com tijolos cerâmicos maciços 1 vez (17,0 cm). As alas de lançamento devem ser executadas em concreto ciclópico com 30% de pedra de mão e 70% de concreto simples com fck >15 MPa. Os materiais utilizados deverão atender às especificações correspondentes.

1.18.8 Tampão

O tampão será assentado com a base do caixilho diretamente sobre a laje excêntrica ou o sobre o anel pré-moldado. Caso necessário, serão feitos ajustes com argamassa ou com uma fiada de tijolos cerâmicos maciços, a fim de nivelar o tampão com o greide da rua.

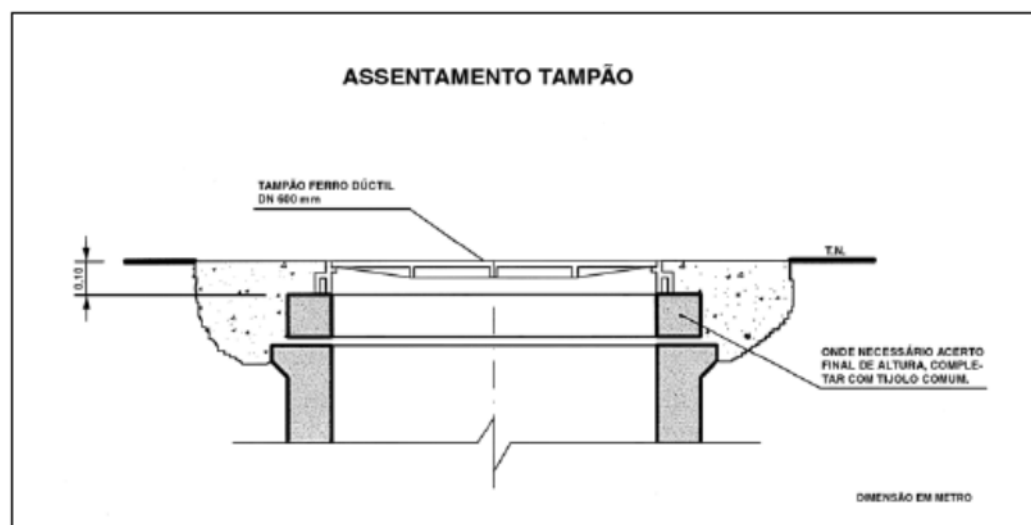


Figura 05. Detalhe de assentamento de tampão

Medição e Pagamento do Serviços de Drenagem:

Os serviços serão medidos unidade estabelecida na Planilha Orçamentária e o pagamento tomará como base o preço unitário proposto pela licitante vencedora em sua Planilha Orçamentária. No preço da Placa da Obra deverão estar incluídas todas as despesas com material, equipamentos, transportes e mão de obra com todos os seus encargos e incidências e o que mais for necessário à perfeita execução dos trabalhos. Serão pagos os serviços desde que atendido ao especificado.